

DIVISÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E ALIENAÇÃO¹

Adão José Peixoto²

RESUMO: Esta pesquisa procura discutir a questão da divisão do trabalho e da alienação no âmbito do trabalho pedagógico. A preocupação fundamental é mostrar como a fragmentação do trabalho no âmbito da escola, com o pretexto de alcançar uma maior otimização, torna a atividade docente alienante, isto é, mecânica, rotineira, burocratizada e sem sentido. Além de tornar a atividade docente alienante, a parcelarização do trabalho pedagógico cumpre um papel político, o de exercer um controle sobre os professores e, ao mesmo tempo, baratear o ensino destinado aos filhos dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Educação; Alienação; Divisão do Trabalho.

INTRODUÇÃO

No âmbito da produção material, o que se observa na fase do capitalismo monopolista (fase do controle do mercado pelas grandes empresas, principalmente as multinacionais) é uma grande preocupação com a otimização do trabalho, um aproveitamento mais racional da força de trabalho, que se dá através da fragmentação das atividades, objetivando de um lado, exercer um controle sobre os trabalhadores e, de outro lado, aumentar a produtividade. É por isso que, dentre os vários mecanismos criados para adequar a escola aos interesses do capital, está a divisão do trabalho e a alienação.

A orientação tecnicista tem contribuído para a desarticulação e a degradação do ensino público, principalmente o ensino de 1º e 2º graus. Parece que esta influência se faz presente em todo o trabalho no âmbito da escola: na organização do trabalho pedagógico, introduzindo aí a divisão do trabalho, separando as funções de planejar, reservadas aos especialistas (técnicos) e de executar, destinadas aos não-especialistas (professores); na orientação curricular, dando-lhe um caráter tecnicista; na atividade pedagógica em sala de aula; e na própria estrutura curricular dos cursos de Licenciaturas, formadores de professores, já que existe uma separação entre as disciplinas "pedagógicas" e as disciplinas "específicas", como se estas últimas não deveriam ter também uma dimensão pedagógica. Dentre estas dimensões do trabalho fragmentado, será objeto desta pesquisa a divisão entre especialistas e não especialistas.

1 A Separação entre Pensar e Fazer: a Alienação do Trabalho no Âmbito da Produção Capitalista

A alienação não é apenas teórica; ela é um processo histórico que se manifesta na vida real das pessoas e na maneira pela qual os homens se relacionam com o mundo da produção. A alienação surge a partir da divisão do trabalho, quando o produto que o operário produziu deixa de lhe pertencer e, principalmente, quando esta divisão do trabalho assume a forma de parcelarização das atividades, transformando o operário numa simples máquina de produzir.

No processo de transformação da natureza pelo homem, o trabalho assume várias formas. Inicialmente, o trabalho como uma atividade voltada para a sobrevivência, característico das comunidades primitivas, que produziam apenas o necessário para a subsistência do grupo. Aqui, o produto do trabalho humano tinha apenas valor-de-uso, cuja finalidade era preencher alguma necessidade do homem, era um produto destinado ao consumo.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, os homens vão se fixando em diferentes ramos da produção, capacitando-se assim, para produzir não apenas para as necessidades individuais, mas também para os outros. Isto faz com que o produto deixe de ser unicamente valor-de-uso, sendo-lhe incorporado um outro valor, o valor-de-troca.

¹ Síntese da Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCAMP, 1991.

² Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil.

Desta forma, o resultado do trabalho humano, que era apenas um produto para o consumo (valor-de-uso), assume a condição de mercadoria, um produto com duplo valor: valor-de-uso e valor-de-uso social³. As relações sociais, a partir de então, passaram a ser mediatizadas pelas relações de troca.

Devido às novas exigências criadas pela dinâmica deste processo, surge uma mercadoria, o dinheiro, que assume a condição de equivalente geral no qual se espelham as demais. Isso também contribuiu para o processo de acumulação. As relações sociais de produção sofreram, a partir daí, grandes modificações. O produtor, que até então era o gerenciador daquilo que produzia, vá, aos poucos, sendo transformado em simples força de trabalho, obrigado a se submeter às exigências do possuidor de capital. Com estas mudanças, começa a se concretizar a subsunção do trabalho ao capital.

Portanto, a subsunção do trabalho ao capital deve-se à situações históricas concretas. Esse processo corresponde à desagregação do modo de produção feudal e à transição para o modo de produção capitalista, fazendo surgir, de um lado, a liberação do trabalhador preso à terra, transformando-o em trabalhador livre e, de outro, o indivíduo que possui dinheiro, conseguido através da acumulação primitiva, e que passa a empregá-lo na forma de capital.

"Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadoria, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além destas outra mercadoria para vender" (Marx, 1987, p. 189).

Esta mercadoria, a força de trabalho (entende-se por força de trabalho o conjunto das forças físicas e mentais existentes no ser humano, que as utiliza no ato da produção), é vendida ao capitalista apenas por um determinado tempo,

"pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo (...) Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue, se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sobre ela" (Marx, 1987, p. 188).

³Para Marx "Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social (...) O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio da troca" (Marx, 1987, 47-8, v.1).

O possuidor de dinheiro, para transformá-lo em capital, ou seja, para aumentar o montante de dinheiro inicial numa quantidade superior, compra, além da força de trabalho, os meios de produção (matéria-prima, instrumentos de trabalho, etc.), que serão transformados pela força de trabalho. Com isso, ocorre a submissão do trabalhador ao capitalista, já que será este quem determinará a finalidade da produção. O capitalista busca, no processo de produção, não um simples produto, mas a expansão do capital inicial investido na compra da força de trabalho (capital variável) e dos meios de produção (capital constante).

O que possibilita a expansão do capital, como vimos anteriormente, é o fato de o capitalista, ao comprar a força de trabalho, pagar apenas o necessário para a reposição e a reprodução dessa capacidade que o trabalhador possui. Por outro lado, o trabalhador a utiliza por um tempo superior ao necessário para manter a sua subsistência. Esse tempo a mais produz um excedente do qual o capitalista se apropria. Isso caracteriza uma expropriação do trabalhador, que resulta em um valor a mais do qual o capitalista se apropria, possibilitando-lhe extrair dele o seu lucro. Este é o processo de extração da mais-valia, ou seja, a apropriação do trabalho excedente, que passa a constituir o lucro do capitalista.

Na fase inicial de implantação do capitalismo, marcada pela produção manufatureira, a extração de mais-valia se dava pelo prolongamento da jornada de trabalho, quando se sugava ao máximo as forças físicas do trabalhador,

"Essa mais-valia produzida pelo aumento da jornada de trabalho e/ou pelo aumento de sua intensidade, é chamada de mais-valia absoluta, que se constitui, assim, na expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital" (Paro, 1988, p. 47).

Na subsunção formal do trabalho ao capital, o trabalhador ainda conhece e participa de todo o ciclo da produção, e vê nesta um significado humano; no entanto, não tem a posse daquilo que produz, pois o produto é expropriado pelo capitalista. Além disso, a avidez do capitalista pela expansão do capital o leva a submeter os trabalhadores a um processo de intensificação do trabalho e/ou do prolongamento da jornada de trabalho, fazendo-os chegar aos seus limites físicos. Isto, de certa forma, faz com que o trabalhador perca o ritmo do processo de trabalho, já que o gerenciamento deste processo pertence ao capitalista, cuja finalidade última é a extração da mais-valia absoluta.

Esta subsunção formal do trabalho ao capital e a extração da mais-valia absoluta não ocorrem de forma pacífica; enfrentam também a resistência dos trabalhadores. Esta resistência, não-individual, mas coletiva, se dá principalmente devido ao prolongamento da jornada de trabalho.

A inevitável redução da jornada de trabalho ocorre devido a um conjunto de fatores. Além da resistência dos trabalhadores, parte dos capitalistas percebiam que era necessário colocar um

limite à exploração da força de trabalho, para evitar de um lado, as convulsões sociais, e de outro, para obter um produto com melhor acabamento, a fim de enfrentar a concorrência. O Estado também intervém, estabelecendo leis que regulam a produção e a jornada de trabalho, pois, mesmo sendo uma instituição hegemonicamente representante dos interesses das classes dirigentes, se vê obrigado a mediar os conflitos, e com isso, é forçado a atender parte dos interesses dos dominados.

A alternativa encontrada pelo capitalista para diminuir a jornada de trabalho dos trabalhadores sem diminuir o excedente e até fazê-lo aumentar, passa pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, através de uma mudança significativa das condições técnicas do processo de trabalho.

A preocupação é agora, utilizando os benefícios da tecnologia, através da introdução de maquinaria mais moderna, racionalizar o processo de produção, de forma a não haver desperdício. Para isso, divide-se o processo de produção. O trabalho passa a ser feito por etapas, por meio da parcelarização das atividades. Procura-se, com isso, aproveitar de forma mais racional a força de trabalho. Estas mudanças vão consolidando a transição da manufatura para a grande indústria.

Essa transição vai resultar na subsunção real do trabalho ao capital, quando o capitalista não vai se satisfazer apenas com a apropriação do produto do trabalho, mas vai também controlar todo o processo de produção. Por isso, o capitalista "...pode agora contar seus ganhos em duplo sentido, não apenas na produtividade, mas no controle gerencial, visto que aquilo que fere mortalmente o trabalhador é neste caso vantajoso para ele" (Braverman, 1987, p. 76).

A destruição do processo de produção predominante na manufatura, reduzindo o trabalho a uma atividade simples e parcelarizada, arranca do trabalhador a única coisa que ainda lhe restava, ou seja, a participação em todo o ciclo da produção, fato que ainda assegurava uma certa dimensão humana ao processo de produção. O trabalho agora assume um caráter eminentemente mecânico, abstrato, indiferente e destituído de sentido.

A subsunção real do trabalho ao capital consolida a separação entre pensar e fazer (separação entre trabalho intelectual e trabalho manual). Isso permite o barateamento do trabalho, já que este pode ser desempenhado por força de trabalho não-especializada, contribuindo, assim, para facilitar a rotatividade da mão-de-obra, importante para a lucratividade dos capitalistas. O trabalho, que antes era individualizado, passa agora a ser trabalho coletivo, onde cada trabalhador desempenha uma parte no processo de produção de um mesmo produto. Assim,

"a subsunção formal do trabalho ao capital já o havia alienado de sua obra humana, ao separá-lo, através da apropriação capitalista, do produto de seu trabalho. Essa separação já implicava em dividir o trabalhador, já que o alienava de

seu próprio trabalho objetivado - e o trabalho é o que o identifica como verdadeiramente humano, distinguível do mundo meramente natural. De qualquer forma, porém, embora o produto de seu trabalho fosse destinado ao atendimento de interesses de outrem, ele ainda participava, através do exercício das diversas operações de seu ofício, da feitura completa desse produto. Com a divisão pomenorizada do trabalho - embora com o mesmo esforço ou tendo-o ampliado pela intensificação do trabalho - ele passa a participar de uma parcela muito pequena dessa obra, perdendo de vista o seu todo e alienando-se ainda mais efetivamente do produto de seu trabalho" (Paro, 1988, p. 51).

Esta divisão técnica do trabalho, imposta pela subsunção real do trabalho ao capital, se traduz num conjunto de normas rígidas que visam aproveitar de forma racional a força física do trabalhador. Procura-se, com isso, reduzir o trabalho a uma atividade monótona, repetitiva e mecânica, não deixando espaço para a atividade criativa e reflexiva.

O taylorismo, um conjunto de estudos e normas elaboradas por Frederick W. Taylor (1856-1915), contribuiu decisivamente para consolidar a impessoalidade do trabalho. Estes estudos se constituíram na normatividade de toda a organização do trabalho.

O que Taylor pretendia era elaborar uma organização científica do trabalho, estabelecendo uma hierarquia de funções, onde cada qual exercia sua atividade circunscrita ao que foi previamente determinado, procurando evitar o desperdício de energias físicas. O método visava acabar com o que Taylor denominava de "indolência" e "anarquia" dos trabalhadores no interior da fábrica. Para isso era necessário racionalizar todas as atividades para que o tempo de trabalho fosse melhor aproveitado. Era também uma forma de evitar que o trabalhador tivesse qualquer interferência no processo de planejamento. Agora são controlados, inclusive, os próprios movimentos do trabalhador. Isto porque,

"Embora o sistema de fábrica já tivesse introduzido a separação entre trabalho manual e intelectual no interior do processo de trabalho, as etapas específicas de cada trabalhador ainda eram deixadas em sua mãos" (Rago & Moreira, 1985, p. 19).

Está explícita neste método uma dupla finalidade: de um lado, uma finalidade econômica, que visa racionalizar o trabalho para torná-lo mais produtivo e, com isto, aumentar a acumulação e a reprodução do capital; e, de outro, uma finalidade político-pedagógica, cujo objetivo é formar a massa de trabalhadores, de modo a torná-los obedientes e submissos à exploração,

"O taylorismo, enquanto método de organização 'científica' da produção, mais do que uma técnica social de produção é

essencialmente uma técnica social de dominação. Ao organizar o processo de trabalho, dividir o trabalho de concepção e o de execução, estruturar as relações de trabalho, distribuir individualmente a força de trabalho no interior do espaço fabril, a classe dominante faz valer seu controle e poder sobre os trabalhadores para sujeitá-los de maneira mais eficaz e menos custosa à sua exploração econômica" (Rago e Moreira, 1985, p. 25)

Desta forma, a subsunção real do trabalho ao capital significa o esvaziamento do trabalho enquanto atividade criadora e humanizadora.

2 A Sociedade Brasileira Após 64: o Processo de Consolidação do Capitalismo Monopolista e as Condições de Trabalho

O golpe militar de 64 foi o resultado de um longo processo que começou a ser gestado quando Getúlio Vargas introduziu no Brasil o populismo. Para combater esta prática política começou a ser articulado todo um trabalho dos grupos que sentiam os seus interesses ameaçados, principalmente as multinacionais e seus associados. A consequência da resistência destes grupos emergentes que buscam apoio no meio militar, em setores da burguesia nacional e nas classes médias, vai ser o golpe de 64, que leva os militares ao poder, com o objetivo de assegurar a consolidação de uma política já em curso: a internacionalização da economia brasileira.

Jânio Quadros, que se elegeu em 1960 defendendo as bandeiras da política populista de seus antecessores, renunciou em agosto de 1961, ficando, assim, pouco tempo no poder. Assume a Presidência o vice, João Goulart. Por ser um dos herdeiros mais radicais da política nacionalista e do populismo, e por ter sido também ministro do governo de Getúlio Vargas, Goulart causou uma grande apreensão nas elites, principalmente nos representantes das multinacionais. Os opositores desta orientação política fizeram de tudo para impedir a posse de João Goulart. Este só assumiu a Presidência depois que foi imposto o regime parlamentarista, como uma forma de diminuir o poder do presidente, medida esta que foi derrubada em seguida através de plebiscito popular, o que contribuiu para acirrar ainda mais os conflitos. O bloco opositor, liderado pelas multinacionais e pelos militares, que já veiculavam idéias anti-populares e anti-populistas com uma concepção de desenvolvimento e modernização atrelada aos interesses do capital estrangeiro, desencadeou uma forte campanha de desestabilização do governo. Este bloco opositor, liderado pelos militares da Escola Superior de Guerra (ESG), conseguiu conquistar os industriais nacionais e vários segmentos da classe média, estabelecendo um certo consenso em relação à necessidade da derrubada do presidente. Com isso, o bloco interessado na queda do governo teve respaldo para, através dos militares, aplicar o golpe de Estado, o que acabou acontecendo em 1964. Com este golpe, que levou os militares ao poder, "Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnocrática, uma série de

anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses" (Dreifuss, 1981, p. 73).

Tudo o que se constituía em dificuldade para a ação do capital estrangeiro teria que ser eliminado. As políticas implantadas pelos governos populares, principalmente a de João Goulart, estabelecia uma série de restrições aos investimentos estrangeiros, através de medidas tais como: rígido controle das remessas de lucros, legislação antitruste, negociação para a nacionalização de grandes empresas estrangeiras, uma política de proteção à indústria nacional através de tarifas alfandegárias que protegessem o mercado para os produtos da indústria nacional, concessão de subsídios etc. Estas medidas foram suficientes para desencadear a reação dos grandes grupos internacionais que se sentiram lesados. A reação destes grupos não demorou a aparecer,

"As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classes, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista" (Dreifuss, 1981, p. 483).

Foi desencadeada, a partir daí, toda uma política do terror, não só física, por intermédio da repressão armada, mas também psicológica. As classes dominantes, através de um jogo ideológico, na tentativa de dissimular a realidade, desencadearam uma campanha que procurava associar o nacionalismo ao comunismo, objetivando, assim, conseguir o apoio das classes médias e dos industriais de tendência nacionalista.

Através de instituições civis de "fachada", como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os militares e os civis, engajados no projeto de internacionalização da economia brasileira, elaboraram planos e traçaram diretrizes e estratégias políticas de desestabilização dos governos "indesejáveis", incompatíveis com a política entreguista e, portanto, neo-colonial que estes grupos defendiam. Com estas iniciativas, "o complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado" (Moreira Alves, 1984, p. 25).

Todo o projeto político, econômico e social traçado pelo complexo ESG/IBAD/IPES procurava facilitar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente. Neste projeto, "Segurança e Desenvolvimento" estão intimamente relacionados. A Doutrina de Segurança Nacional, esboçada por estes organismos, passa a se constituir num instrumento ideológico de justificação de um sistema de controle e de repressão para assegurar o êxito de tal política.

Através da ação do Estado, que aparece como "razão da história" (cf. Rodrigues, 1987, p. 70), que tudo decide de forma absoluta, o modelo econômico brasileiro após 64 tornou-se ainda mais discriminador: aumentou a concentração de

renda, ampliou os bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos e acentuou ainda mais o arrocho salarial. Como os "antagonismos e pressões" sociais se constituíram numa anormalidade que a "Grande Estratégia", através de uma série de mecanismos, deveria corrigir para preservar a "paz social", não poderia haver, neste regime ditatorial, lugar para as manifestações políticas. Assim, toda oposição deveria ser eliminada, pois um Estado absoluto não admite a manifestação dos contrários. É fácil concluir que neste contexto não poderia haver espaço para a sociedade civil organizada. Os sindicatos, movimentos estudantis, associações, partidos políticos, etc, instrumentos de expressão da vontade popular, foram silenciados, ou o máximo que poderiam fazer era se restringir às atividades meramente assistencialistas. Portanto, este quadro revela que

"Não há lugar para o político, na medida em que não há possibilidade da expressão das contradições. Não há lugar para a inversão de competências, logo, na Universidade, não se faz política, não se questiona o modelo, não se discute a justiça das decisões. Igualmente não é lugar para expressões reivindicatórias inadequadas, como as ligadas ao salário. Questões de salário não são questões políticas, e sim questões técnicas, ligadas à relação produtividade/acumulação. Logo, sua decisão é igualmente técnica. Está a nível do planejamento. Logo, o sindicato deve cuidar das questões próprias ao interesse pessoal, humano dos seus membros; promover reuniões sociais, festivas, lazer, promoções culturais, etc." (Rodrigues, 1987: 70-1).

Depreende-se, pelo que já foi exposto, que o modelo econômico do regime autoritário buscava: 1) impor um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na dependência do capital estrangeiro; 2) aliar Segurança Interna ao Desenvolvimento Econômico, o que resulta na necessidade do Estado impor uma política de controle sobre toda a sociedade, para evitar as manifestações contrárias a estas diretrizes e garantir um clima de "tranquilidade" para os investimentos estrangeiros; 3) implantar políticas públicas como: infra-estrutura adequada para instalação de indústrias, incentivos fiscais, créditos especiais para empresários, melhoria dos transportes, investimentos na área energética, etc, para, evidentemente, atrair o capital estrangeiro; e 4) impor uma política de achatamento dos salários e criar mecanismos para evitar a revolta da classe trabalhadora; enfim, o modelo econômico buscava criar condições favoráveis à acumulação de renda, impondo à classe trabalhadora os sacrifícios que esta política acarretava e garantir, por outro lado, o monopólio das empresas multinacionais na economia brasileira.

Por outro lado, o capitalismo "moderno", que foi implantado no Brasil depois de 64, o capitalismo monopolista dependente, procurou eliminar todos os obstáculos para que o processo produtivo se tornasse mais eficiente. O novo espírito capitalista, regido pelas concepções de eficiência e de produtividade, impõe ao trabalhador um ritmo de

trabalho cada vez mais racional. Isso é possível de se identificar através da preocupação do capital com a formação da mão-de-obra. A formação de mão-de-obra sob a orientação do capital até então era mais presente nas instituições mantidas pelas próprias empresas como o SENAI e o SENAC. Mas a concepção tecnicista de educação, no "novo" contexto sócio-econômico, não poderia se restringir a estas instituições mantidas pelas empresas; era necessário que ela fosse estendida, também, para todo o sistema de ensino, principalmente para as escolas que atendem os filhos das classes trabalhadoras, a escola pública de 1º e 2º graus.

Os acordos Mec-Usaid (acordos entre o Ministério da Educação e Cultura com a Agency for International Development - agência americana para o desenvolvimento, cujo objetivo era assessorar outros países) significaram uma ingerência do capital na educação, para treinar a força de trabalho de forma a adestrá-la para se adaptar às novas exigências do capital. Estes acordos resultaram na reformulação do ensino de 1º e 2º graus (lei 5.692) e do universitário (5.540), dando-lhes uma orientação tecnicista.

3 Atividade Docente Após 64: Acentuação da Divisão do Trabalho e Alienação

O processo de racionalização a que o trabalho é submetido, cujo objetivo é aproveitá-lo ao máximo, evitando a "perda" de tempo e de energias físicas, caracteriza, como já vimos, a subsunção real do trabalho ao capital. É neste estágio da divisão do trabalho que a alienação mostra a sua face objetiva.

O trabalhador, que antes tinha o domínio do processo de produção, com a subsunção real do trabalho ao capital, passa a ser um instrumento a mais deste processo do trabalho. Reduzido à condição de instrumento, tanto que "a economia moderna viria a chamá-lo de 'recurso humano' o trabalhador perde sua concretude pois "De 'concreto' o trabalho passa a 'abstrato' no capitalismo avançado" (Silva Júnior, 1990, p. 30). A parcelarização do trabalho institui a cooperação e com ela o trabalho coletivo. "Quer isso dizer, tragicamente, que a pessoa do trabalhador se desintegra e se dilui na nova situação de trabalho" (Silva Júnior, 1990, p. 30-1). Esse "trabalhador coletivo" é agora, apenas uma abstração do trabalhador individual, que anula o trabalho concreto, individualizado e cria o trabalho abstrato, que não depende mais da reflexão do trabalhador. Com isso,

"O trabalho deixa de ser atributo do homem, que determina sua relação com a natureza: é o próprio homem que passa a ser instrumento do trabalho, objetivado e determinado pelo processo de produção capitalista" (Silva Júnior, 1990, p. 30).

De senhor do processo de produção, pois tinha o domínio de todo o processo, o trabalhador passa a ser um "apêndice" da máquina. Dentro da nova orientação, acontece a reificação do trabalho: "em lugar de subordinar o processo de trabalho ao trabalhador, ela subordina o trabalhador ao processo de trabalho" (SAVIANI, 1984: 83).

3.1 Parcelarização do Trabalho Pedagógico e Alienação: a Criação das Habitações.

Os princípios da organização tecnicista do trabalho que representam a fase mais avançada do capitalismo, para se impor enquanto concepção hegemônica, passam a permear a organização do trabalho em todos os setores da sociedade.

No Brasil, a concepção tecnicista de organização do trabalho passa a influenciar a organização do trabalho pedagógico, de forma mais efetiva na década de 60, principalmente a partir da ascensão dos militares ao poder através do golpe de 64, que, em consonância com os interesses do capital monopolista, transformaram a pedagogia tecnicista "...em pedagogia oficial, isto é, foi a concepção pedagógica encampada pelo aparelho de Estado que tentou difundir-la e implementá-la em todo o país" (Saviani, 1984, p. 82).

Num processo semelhante ao que ocorre na produção fabril, o trabalho pedagógico é dividido entre especialistas (técnicos) e não-especialistas (professores). O parecer nº 252/69, aprovado em 11 de abril de 1969, que cria as habilitações no curso de Pedagogia, é uma demonstração clara da influência da divisão do trabalho que ocorre no âmbito da fábrica, que separa as funções de concepção e de execução. Acreditava-se que era necessário dividir, de forma mais racional, as tarefas pedagógicas. Para isso era preciso formar novos profissionais (orientador educacional, administrador escolar, supervisor escolar e inspetor escolar) para se encarregarem das tarefas de concepção do processo do ensino. Isso permitiria ao professor dedicar-se apenas à execução do processo ensino/aprendizagem. Percebe-se que, no lugar de suprir uma infra-estrutura adequada para o funcionamento das unidades escolares, bem como as condições para que os professores pudessem pensar, conceber e executar o trabalho pedagógico, assim como repensar e recriar constantemente este fazer, a política educacional orientada pelo Estado optou por a formação de técnicos em educação que passaram a assumir as funções de direção e de concepção do processo pedagógico. Com isso, negou-se o saber e a competência do professor. Sua atividade passou a ser uma mera execução daquilo que já vem pensado por outrem. Neste contexto, o professor perde cada vez mais a compreensão do processo do trabalho pedagógico. O documento sobre a reformulação do curso de pedagogia da Universidade Federal de Goiás afirma que

"Essa fragmentação e hierarquização do trabalho pedagógico é, portanto, um importante meio de controle da educação pelo Estado, um elemento a mais a garantir que a escola não transporá os limites a ela impostos pelo Estado, enfim, a assegurar que sua política educacional será executada em recantos e escolas desse país" (1984, Anexo I, p. 5).

A preocupação com a racionalidade transformou o curso de Pedagogia num curso de formação de especialistas para ocupar os cargos estratégicos da escola e estabelecer uma relação de mando que possibilite a reprodução dos interesses

dominantes. O professor tem seu papel reduzido dentro desta nova organização do trabalho pedagógico, passando a ser, muitas vezes, um mero executor de um trabalho já planejado. Saviani, ao comentar a influência do tecnicismo no ensino afirma que,

"Em relação ao ensino de 1ª e 2ª graus é evidente a perda que essa concepção significou para os professores. Estes foram reduzidos a meros executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle, dele foram subtraídos e enfeixados nas mãos dos técnicos, os chamados especialistas em educação. E isso se refletiu na questão salarial. A secundarização dos professores redundou num achatamento ainda maior de seus salários" (Saviani, 1984, p. 84)..

Desta forma, os problemas educacionais passam a ser vistos como problemas meramente técnicos, cabendo aos técnicos em educação, os chamados especialistas, a responsabilidade de ditar receitas para solucioná-los. Com isso,

"Os técnicos em educação aparecem, então, como os que de fato entendem do assunto, possuem o saber da educação, verdadeiros iluminados, detentores do conhecimento 'científico', isto é, 'rigoroso', 'objetivo' e 'neutro' do processo educacional" (Coelho, 1989, p. 32).

Em nome da racionalidade, começa a aparecer no âmbito da instituição escolar a divisão do trabalho como algo natural e necessário. Com a pretensão busca de eficiência e racionalidade na execução das atividades pedagógicas, se fragmenta o processo do trabalho, separando, de um lado, os que supostamente detêm o saber, e que, portanto, devem se encarregar das funções de planejamento e decisão e, de outro lado, os que se dedicarão à execução daquilo que já foi planejado. Neste sentido,

"A decorrência 'lógica' desta divisão entre trabalho intelectual e manual, dirigentes e dirigidos, competentes e incompetentes, especialista (técnicos) e não-especialistas (simples professores) é uma degradação, uma proletarização crescente da força de trabalho considerada não-especializada, desqualificada ou semiqualficada" (Coelho, 1989, p. 33).

Temos aqui um dos aspectos da alienação do trabalho em que o trabalhador é expropriado do seu saber e, com isso, perde o controle do processo de produção. Seu trabalho passa a ser planejado e dirigido por outrem.

Essa influência tecnicista na educação em busca da racionalidade, eficiência e produtividade, tem contribuído para a reificação do trabalho pedagógico, já que na medida em que a atividade pedagógica se parcelariza, os professores perdem o controle do processo da educação, o processo se autonomiza e ganha independência em relação aos professores. Neste sentido, "o professor é cada vez mais dispensado de pensar. Basta executar!" (Coelho, 1989, p. 34).

O trabalho pedagógico, a partir destas orientações, restringe a capacidade criadora do professor e o submete a um processo mecânico e alienante. Com isso, descaracteriza-se a especificidade do trabalho docente, pois "O trabalho docente, antes eminentemente intelectual, está sendo reduzido paulatinamente a uma repetição infundável de uma série de atividades parceladas" (Coelho, 1989, p. 34).

A divisão do trabalho introduzida no interior da escola tem contribuído decisivamente para o processo de proletarização dos educadores. Primeiro, pela degradação salarial de suas funções e, segundo, pela desqualificação do trabalho pedagógico. Ildeu Coelho lembra que,

"a caracterização dos docentes como 'simples' professores e não como especialistas em educação (decorrente da divisão social do trabalho) funciona como pretexto para sua subordinação à burocracia escolar, bem como para a desqualificação de seu trabalho e a degradação de seu salário" (1989, p. 35).

Essa parcelarização do trabalho pedagógico não tem, evidentemente, um objetivo meramente técnico. Está explícito aí um objetivo essencialmente político, o de possibilitar o exercício do poder e das práticas de mando para efetivar a dominação e a exploração. É por isso que

"...a grande ênfase nos métodos e nas técnicas não é de modo algum inocente, não decorre de um conhecimento

supostamente objetivo, neutro e desinteressado, não é 'natural' e 'racional'. Pelo contrário, é uma forma sutil de escamotear as relações concretamente existentes entre educação e classe social, educação e poder, deixando aparecer apenas os problemas metodológicos e técnico-administrativos, logo universalizados como problemas da escola" (Coelho, 1989, p. 36).

Conclusão

A parcelarização do trabalho pedagógico desqualifica a atividade docente; contribui para o processo de proletarização, ou seja, de empobrecimento do professor; esvazia o processo de produção da educação, autonomizando-o em relação aos professores e transforma o ato de educar numa simples tarefa de aplicação de receitas já prontas, uma tarefa mecânica e castradora da dimensão criadora do professor. O trabalho docente é destituído de sua especificidade, que é o de ser uma atividade intelectual, e assim, ele se torna reificado, é transformado numa coisa sem sentido. Desta forma, se faz necessário e urgente combater a divisão do trabalho pedagógico. Questionar e propor o fim da parcelarização do trabalho pedagógico é também questionar e combater a própria organização da sociedade capitalista que gera a divisão do trabalho e a alienação. A escola, devido às suas especificidades, pode e deve ser organizada sem a parcelarização do trabalho docente, o que contribuirá muito para colocar a educação a serviço da transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal de Goiás. Resolução nº 207/89.
02. CHAUI, Marilena. Lei 5292, ciência humanas e o ensino profissionalizante. Folha de São Paulo, São Paulo, 06/07/1977.
03. COELHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, C.R. (org.). O educador: vida e morte. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
04. DREIFUSS, René Armond. 1964: a conquista do Estado-ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
05. MARX, K. O capital. São Paulo: Difel, 1987, L.1, v.1.
06. MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
07. PARO, Vitor H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
08. RAGO, L.M. e MOREIRA, E.P. O que é taylorismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
09. RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
10. SAVIANI, Dermeval. Ensino público e algumas falas sobre a universidade. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
11. SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.